

DESPACHO AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

CONSIDERANDO os elementos contidos no processo administrativo n^{o} 00007.20240506/0001-60;

CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos elencados nos incisos I, II e IV do Art. 72 da Lei nº 14.133/2021;

APROVO a realização de Inexigibilidade Eletrônica de licitação, devendo ser precedidas de divulgação após a homologação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial da entidade.

DECLARO, para os efeitos do inciso II do artigo 16 da Lei Complementar n° 101 - Lei de Responsabilidade Fiscal, que a despesa demandada no Processo Administrativo n° 00007.20240506/0001-60, possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA).

DETERMINO o envio do processo administrativo nº 00007.20240506/0001-60 à(o) Senhor(a) Maria Danieli Tavares Lima, Agente de Contratação, para as providências cabíveis.

Cumpra-se.

Milhã/CE, 14 de maio de 2024

JAMINE BORGES DE MORAIS SECRETARIA DE SAÚDE MATRICULA Nº PORTARIA 001/2021